



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005927-51.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Requerente: **Jose Paulo Batista Bueno**
 Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Trata-se de Ação Declaratória de Nulidade de Ato Administrativo com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, ajuizada por **JOSÉ PAULO BATISTA BUENO** contra o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO – DETRAN** e **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM/SP**. Em síntese, alega a parte autora que foi instaurado Processo Administrativo objetivando cassar seu direito de dirigir, uma vez que, no período em que cumpria a suspensão, foram lançados em seu prontuário pontos referentes à autuação nº 1B-977.558.4 datada de 26/01/2016, cuja infração teria sido praticada por Marilene Silva Bueno, CNH nº 05343802152. Requer, então, seja declarada nula a penalidade de cassação de seu direito de dirigir aplicada em seu desfavor no Processo Administrativo nº 180/2016, bem como sejam as pontuações transferidas para a verdadeira condutora, Marilene Silva Bueno, CNH nº 05343802152.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 16/23.

Foi deferida a tutela provisória de urgência (fls. 24).

Contestação do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo – DER às fls. 34/38.

O Departamento Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo - DETRAN/SP deixou de apresentar contestação, conforme certidão de fl. 60.

Houve réplica (fls. 53/59).

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Fundamento e decido.

Passa-se ao julgamento imediato da ação – nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil –, pois a matéria é unicamente de direito, não havendo necessidade de se produzir prova em audiência.

O pedido merece acolhimento.

Consigne-se que o decurso do prazo a que alude o §7º do art. 257 do CTB, para indicação do condutor, não caracteriza decadência, ou seja, perda do direito da correta atribuição de responsabilidade. A preclusão temporal do dispositivo citado é meramente administrativa, para compatibilizá-la com a necessidade de andamento dos procedimentos desenvolvidos pela Administração Pública. A jurisprudência vem reconhecendo a possibilidade de comprovação, em juízo, de que o infrator era pessoa diversa do proprietário (REsp 765.970/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, j. 17/09/2009, DJe 02/10/2009). Tal se fundamenta no caráter personalíssimo das sanções. Somente aquele que comete um ato ilícito pode por ele responder. A pena não pode ser cumprida por outro quando efetivamente comprovado que a infração fora cometida por condutor diverso à figura do proprietário.

O autor não foi autuado em flagrante, não podendo ser automática a imputação da infração, somente por ser o proprietário, quando indicou a real infratora e houve declaração desta de que aceita a transferência da pontuação, conforme se verifica do documento de fl. 22.

É certo que, aparentemente, não fez a indicação do condutor no prazo previsto, contudo, o fez agora e isso deve ser considerado.

A aplicação da pena não pode se dar por presunção, mas somente no caso de o infrator conduzir o veículo, certeza que só se teria se ele tivesse sido flagrado dirigindo e não apenas por ser o proprietário do veículo, o que gera, apenas, responsabilidade para fins fiscais e não para restrição do direito de dirigir.

A presunção de responsabilidade pela infração prevista no art. 257, § 7º do CTB "é meramente administrativa", podendo ser revertida judicialmente (STJ, AgRg no Ag 1370626/DF, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, 2ªT, j. 12/04/2011).

Em caso semelhante, decidiu o Tribunal de Justiça de São Paulo:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

MANDADO DE SEGURANÇA – CNH –
 MULTA DE TRÂNSITO - TRANSFERÊNCIA DE
 PONTUAÇÃO ENTRE PRONTUÁRIOS - INDICAÇÃO DE
 CONDUTOR INTEMPESTIVAMENTE – Prazo definido no
 artigo 257, § 7º do Código de Trânsito Brasileiro é de natureza
 administrativa e não impede a assunção de responsabilidade pelo
 cometimento das infrações – Provas nos autos demonstram
 suficientemente não ter a autora transgredido regras de trânsito –
 Declaração de responsabilidade válida e apta, em consonância com
 demais elementos de convicção, a apontar a verdade dos fatos e
 afastar a presunção jurídica de autoria originada na esfera
 administrativa – Inafastabilidade da jurisdição - Entendimento do
 C. Superior Tribunal de Justiça. Sentença que concedeu a ordem
 mantida. Reexame necessário e recurso do DETRAN não
 providos. (Ap. 1014336-79.2015.8.26.0482, Rel. Leonel Costa, 8ª
 Câmara de Direito Público, j. 07/02/2017).

Ante o exposto, julgo o processo com resolução do mérito e
 PROCEDENTE o pedido, para o fim de declarar nula a penalidade de cassação do direito
 de dirigir do autor, aplicada no processo administrativo nº 180/2016, bem como
 determinar a transferência das pontuações do Auto de Infração de Trânsito 1B-9775584
 para o prontuário de Marilene Silva Bueno, CNH nº 05343802152.(fl.23).

Sem condenação dos réus nas verbas sucumbenciais, nos termos da Lei nº
 12.153/09 e Lei nº 9.099/95.

P.I.

São Carlos, 21 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**